

Reflexões sobre a História Militar: a escola de pensamento norte-americana segundo Russel Weigley

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

Resumo: O estudo da História Militar enfrentou, ao longo do tempo, diferentes variáveis que impactaram na conceituação, metodologia e até mesmo na compreensão do campo. Nos Estados Unidos da América, no quadro do pós-Segunda Guerra Mundial, verificou-se um fenômeno inusitado, no qual o interesse pelo estudo e pesquisa da História Militar aumentou entre os acadêmicos civis enquanto diminuía entre os militares. Atenta a essa questão, a Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA organizou, em 1972, o curso denominado *Novas Dimensões da História Militar*, ministrado sob a forma de palestras e conferências, com a participação de renomados historiadores acadêmicos. O presente ensaio tem por objetivo analisar os ensinamentos auferidos no curso, que foi organizado como antologia pelo professor Russell F. Weigley, da Universidade de Temple, em uma coletânea homônima.

Palavras-chave: Historiografia Militar, teoria da História Militar, pensamento militar.

PALAVRAS INICIAIS

O que é a História Militar?

O mesmo questionamento com o qual militares e historiadores se deparam no Brasil nas déca-

das iniciais do século XXI já era tema de discussão e preocupação no Exército dos Estados Unidos da América (EUA) durante os anos 70 do século passado.

Após o término da Segunda

^a Coronel de Artilharia. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Guerra Mundial, verificou-se nos EUA que, enquanto crescia o interesse pelo estudo da História Militar no meio acadêmico, nas escolas militares o assunto era relegado a um plano cada vez mais secundário. Além disso, não havia um juízo comum a respeito do valor da História Militar e das abordagens a serem adotadas. Outro fator controverso, que tem suscitado discussões acaloradas até os dias atuais, consiste no papel das forças armadas e na complexa relação entre o poder militar e o poder civil.

Com o intuito de lançar luzes que possam contribuir para esclarecer esses temas e neles introduzir seus oficiais-alunos, a Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA organizou, em 1972, o curso denominado *Novas Dimensões da História Militar*. Este curso, ministrado sob a forma de palestras e conferências, teve a participação de renomados historiadores acadêmicos, os quais apresentaram uma visão dos novos rumos da pesquisa em História Militar no país, caracterizada por uma perspectiva científica de maior abrangência.

O presente ensaio tem como propósito analisar os ensinamentos do curso, que foi organizado como antologia pelo professor Russell Weigley, da Universidade de Temple, em uma coletânea homônima, e propor, de modo análogo, uma ampliação do diálogo epistemológico entre as instituições militares e a academia no Brasil.

HISTÓRIA MILITAR – O PUNTO DE VISTA DE UM HISTORIADOR CLÁSSICO¹

História e História Militar. Desde que a História passou a ser compreendida como ciência, em meados do século XIX, essa relação tem sido questionada e vem sendo marcada por significativas contradições. Apesar de ser a mais antiga forma de História, só recentemente a História Militar conquistou respeitabilidade e relevância no meio acadêmico. As guerras da Antiguidade Clássica eram um tema bastante popular para o historiador. As obras de Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Políbio, Plutarco e Tito Lívio, dentre outros, reve-



lam o valor da História Militar na cultura Antiga.²

Todavia, apesar da avançada idade dos registros militares, foi somente em meados do século XX que a História Militar galgou uma posição definitiva nas faculdades e universidades norte-americanas.

Outro paradoxo que envolve a História Militar foi o crescente interesse dos civis, enquanto decrescia o estudo nas escolas militares norte-americanas, particularmente nas duas décadas após o encerramento da Segunda Guerra Mundial. Tal comportamento acabou provocando uma cisão e uma crítica do meio acadêmico ao estudo da História Militar. Os historiadores academicistas relegaram a História Militar a um plano secundário, considerando, mais importante, o estudo das histórias política ou diplomática. Além disso, sempre pairou entre os historiadores acadêmicos a desconfiança de que a História Militar consistia, na verdade, na valorização do “militarismo”.³

Por outro lado, os militares procuraram excluir da produção do

conhecimento da História Militar os historiadores profissionais. Tal diferença de entendimento gerou um verdadeiro fosso de separação entre os militares e os acadêmicos, e prejudicou, sobremaneira, o estudo do campo da História Militar.

Ao longo do tempo, o estudo da História Militar sempre oscilou entre duas correntes principais, ora pendendo para uma, ora para outra. Uma delas, de caráter eminentemente pragmático, aponta para o ensino prático militar, no qual o estudo da História deve obter como resultado lições e ensinamentos para emprego em guerras do presente e do futuro. A contrapartida a essa visão conduz a História Militar a um sentido mais amplo, relacionando a guerra com as relações de poder envolvendo a política e as necessidades do Estado. Dessa segunda corrente surgiu o conceito de História Militar como subdivisão da História Política, tendo Maquiavel como o primeiro a delimitá-la dentro deste formato.⁴

A partir do período renascentista, na medida em que os anos passaram e com o desenvolvimento



das diversas guerras, a História Militar tornou-se área de domínio quase que exclusivamente dos militares. Os mais relevantes autores militares do final do século XVIII e do início do XIX – marechal de Saxe, Guilbert, William Lloyd e Jomini – revelam quão tênue era a diferença entre História Militar e teoria militar.⁵ Para boa parte deles, a História Militar deveria, portanto, possuir caráter essencialmente pragmático e produzir ensinamentos práticos para o aperfeiçoamento da doutrina militar.

O general britânico John Mitchell, cerca de vinte anos após a vitória sobre os franceses em Waterloo, definiu com bastante clareza o pensamento da época ao escrever que a História Militar deveria proporcionar lições práticas, pois, de outra forma, seria “inútil e sem proveito”.⁶

O estudo da História Militar orientado por essa visão excessivamente pragmática conduziu a equívocos desconcertantes que, ao invés de nortear a modificação da doutrina militar, muitas vezes serviram para desorientá-la. Tais

incongruências foram provocadas por diversos fatores, como a simplificação, a superficialidade, a dependência do historiador (militar, ligado a um estamento militar) do pensamento político e militar da época e a interpretação equivocada de campanhas e batalhas passadas. O pragmatismo no estudo da História Militar perdurou até meados do século XX, quando passou a ser flexibilizado e atraiu o interesse do meio acadêmico, que não poderia ficar alheio ao estudo dos conflitos.

Outro fator crítico diz respeito à produção de uma história oficial. Quando convocados a redigir a história de determinada campanha na qual esteja envolvido um exército, diversos autores abusaram da história, distorcendo-a e omitindo fatos, particularmente os negativos que possam diminuir os feitos de suas forças. O general James E. Edmonds, autor da história oficial britânica na Primeira Guerra Mundial, exemplifica a complexidade de fatores que podem influir no resultado desta modalidade de pesquisa histórica: “Não se pode contar a verdade – a lealdade ao velho



exército se contrapõe”.⁷ Posteriormente, o general Edmonds admitiu que, nos volumes finais de sua obra, delegou a outros o trabalho de redigir o corpo dos textos enquanto ele, em seu trabalho de compilação, preocupava-se para que a narrativa estivesse alinhada com o pensamento do alto comando britânico da época.

Tanto os equívocos da história pragmática quanto as distorções da história oficial possuem aspectos semelhantes. A História Militar está sujeita a pressões que não envolvem com frequência outros ramos da História. O teórico de guerra, ávido por encontrar soluções para problemas atuais, procura apoio em campanhas passadas e, para validar suas teorias, muitas vezes abordam a história de uma forma equivocada. Por sua vez o soldado que escreve sobre seu próprio exército geralmente está preso a uma série de valores e fatores que o impedem de chegar o mais próximo possível da verdade histórica, tais como lealdade, reputações a proteger e subordinação ao estamento militar vigente.

O general Sir Ian Hamilton define bem o afastamento da verdade histórica motivado por interesses ligados ao estamento militar:

No próprio dia da batalha, as verdades podem ser pinçadas em toda a sua nudez, perguntando apenas; porém, na manhã seguinte, elas já terão começado a trajar seus uniformes.⁸

Outros fatores, além dos abordados anteriormente, tornam difícil o estudo da História Militar. Trata-se de assunto novo, questão na época assinalado por Weigley e atualmente no Brasil, que tem sido abordado, com frequência, sob uma ótica preconceituosa e por historiadores imaturos. Muitos historiadores civis se ressentem da falta de conhecimento ou experiência em operações, armamento, táticas e, até mesmo, do pensamento militar. No entanto, o estudo da História Militar assume maior importância a cada dia, na medida em que boa parte dos problemas da sociedade passam pelo campo militar do poder.



A História Militar pode ser uma extraordinária fonte de conhecimento, mas pode sofrer abusos. Seu estudo necessita, para ser produtivo e bem sucedido, de historiadores motivados e capazes de separar o joio do trigo.

FORÇAS ARMADAS E SOCIEDADE: ALGUMAS HIPÓTESES⁹

O relacionamento histórico entre forças armadas e sociedade é um tema amplo e controverso, no qual qualquer tentativa de simplificação pode conduzir a um entendimento errôneo ou incompleto. Os pontos de vista de ambas, muitas vezes diversos, têm suscitado diversas questões de debate. Nesse intercâmbio entre história e política, o general George S. Patton, referiu-se a Napoleão: “Para ser um militar bem sucedido, é preciso conhecer história”. Também citando Políbio: “A história é a educação mais autêntica [...] para a ação política”, dá uma boa dimensão ao problema.¹⁰

Na abordagem desta delicada relação, Theodore Ropp destaca algumas ideias que serão detalhadas a seguir.¹¹ A primeira diz respeito à amplitude temporal e espacial da relação entre as Forças Armadas e a sociedade. Quando os fatos históricos e as relações ocorrem em áreas geográficas muito extensas ou abrangem longo período de tempo, qualquer tentativa de classificação histórica ou de estabelecimento de um modelo torna-se particularmente vulnerável.

Roma é um caso típico da variante de relações. Ao longo de sua trajetória, abrangendo período e extensão geográfica igualmente dilatados, Roma passou de um amplo sistema de conscrição para um exército profissional com efetivo mais limitado.

As guerras cada vez mais distantes, as revoltas de escravos e a inquietude nas cidades, levaram Gaius Marius a empreender a profissionalização formal do exército romano em 105 a.C. Essa profissionalização, no entanto, trouxe a reboque a redução do exército e sua influência na sociedade.¹²



Durante a Segunda Guerra Púnica, Roma reuniu um exército de 750 mil homens em uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes. Já durante o período do imperador Constantino, o exército romano possuía efetivo de 200 mil homens diante de uma população de 70 milhões em todo o império.¹³

Como consequência dessa redução, a representatividade das forças armadas na sociedade romana diminuiu sobremaneira se considerado o período anterior quando o próprio exército representava a grandeza e o poderio de Roma.

Passado o Império Romano, o início da Idade Média encontrou um sistema militar baseado em economias agrícolas. Nessa concepção, os senhores feudais começaram a fortificar suas cidades para garantir a defesa da sociedade e constituíram exércitos locais com considerável grau de coesão e subordinação militar ao senhor feudal.¹⁴

A conquista da Inglaterra pelos Normandos, em 1066, tipifica o ordenamento militar da época.

Ambos exércitos – de Guilherme da Normandia e do rei Haroldo da Inglaterra – demonstraram significativa coesão e subordinação militar.¹⁵

Posteriormente surge a cavalaria pesada medieval, constituída, em essência, por nobres com códigos próprios de conduta e levando o serviço militar a um monopólio da nobreza. A cavalaria, contudo, entra em declínio em razão da evolução dos armamentos que tiveram ampliados seu alcance e letalidade, em especial as armas de fogo que tiveram sua estreia na Europa na Batalha de Crécy (1346), durante a Guerra dos Cem Anos.¹⁶

Com as grandes epidemias ocorridas durante o século XIV, aumentou a demanda de mão de obra e de mecanismos que a poupassem. Nesse período, chegaram à Europa Ocidental novas invenções e costumes, procedentes dos islâmicos, mongóis e chineses, que propiciaram a muitos monarcas restituírem a prosperidade às suas cidades fortificadas. Esta prosperidade permitiu a contratação de mercenários permanentes para



constituírem seus exércitos, medida que encontrava apoio e consenso na sociedade, particularmente entre os religiosos, artesãos e comerciantes.

Os exemplos de Roma e dos sistemas militares medievais deixam claro que, quando abrange grande período histórico e vastas e diversificadas áreas geográficas, a relação entre o soldado e a sociedade não pode, com efeito, ser generalizada ou submetida a um modelo determinado.

Ropp destaca¹⁷, como segundo fator, que influencia na relação entre as forças armadas e a sociedade, a tecnologia. Muito embora o desenvolvimento tecnológico tenha influenciado o desenvolvimento dos exércitos e a conduta das campanhas militares desde a Antiguidade, foi somente durante o século XX que a tecnologia passou a ser considerada uma variável militar de primeira grandeza. Já nos primeiros conflitos mundiais que marcaram a abertura do século XX, a negligência e a falta de compreensão do papel tecnológico no campo de batalha trouxe refle-

xos diretos aos comandantes militares e à sociedade.

Em 1914 as nações da Europa percebiam e se preparavam para uma guerra entre as grandes potências. Os chefes políticos e militares foram duramente criticados por não proporcionarem as vitórias prometidas ao estilo napoleônico. A tecnologia militar empregada no conflito, na verdade, levou as potências em luta a mergulharem na lenta carnificina das trincheiras e impediu qualquer possibilidade de uma vitória rápida.

Um dos chefes cuja incompreensão do fator tecnológico trouxe reflexos diretos na relação do exército com a sociedade foi o general Douglas Haig, nomeado comandante da Força Expedicionária Britânica em 1915. Preso a um sistema obsoleto no qual os chefes de mais alto nível não se envolveram pessoalmente no planejamento e na condução das ações, Haig não conseguiu antever a inviabilidade de lançar uma ofensiva direta contra os alemães em 1917.

Ao invés de participar dos planejamentos e pormenores da



operação, empenhou seu tempo em contatos políticos e visitas de alto nível. O resultado da incompreensão do fator tecnológico e das novas armas e táticas foi o inútil sacrifício de milhares de soldados britânicos, canadenses e australianos, sem que fosse obtida qualquer vantagem estratégica. A atitude de Haig, assim como de muitos outros comandantes militares do período, foi duramente criticada e taxada de egocêntrica e incompetente. É natural que tal postura trouxesse reflexos diretos no relacionamento com a sociedade.¹⁸

Cada uma das sociedades envolvidas reagiu distintamente ao novo conceito de guerra tecnológica. Embora todos tenham demonstrado elevado grau de coesão social, somente a Grã-Bretanha adotou o sistema de conscrição. O Canadá francês mostrou sua coesão votando contra a “conscrição para uma guerra britânica” e os australianos votaram a seu favor para que seu espírito voluntário não fosse desintegrado.

Desde que os EUA declararam sua independência, suas forças

armadas passaram por muitas transformações. Estruturada desde sua Guerra de Independência em milícias locais, logo o Congresso verificou a necessidade de recrutar uma força militar permanente, de caráter profissional, apoiada por tropas auxiliares bem treinadas. Tal situação perdurou até a Guerra Civil, na segunda metade do século XIX, quando ambos os contendores – União e Confederação – utilizaram a conscrição em larga escala para mobilizar seus exércitos. Após o término deste conflito, as Forças Armadas norte-americanas foram drasticamente diminuídas, chegando a possuir, em 1890, apenas 4.000 oficiais em serviço ativo.

Em contraposição à conscrição, o termo “militarismo” surgiu pejorativamente relacionado com os prussianos no século XIX e foi associado pelos americanos e britânicos aos grandes exércitos e conscritos das nações da Europa no princípio do século XX.¹⁹ O conceito de conscrição geral chocava-se frontalmente com o pensamento cientificista reinante nos EUA e Inglaterra, traduzido em seu viés



pacifista. A eclosão da Primeira Guerra Mundial, contudo, forçou os EUA a intervirem e enviarem tropas para combaterem em solo europeu. A partir daí, segundo Morris Janowitz, os EUA tornaram-se “militaristas de reação”.²⁰ Segundo este conceito, os EUA foram obrigados a adotar uma postura militarista não por opção, mas para enfrentar as ameaças internacionais e para atender aos anseios da sociedade norte-americana.

Theodore Ropp formula uma questão e levanta algumas hipóteses sobre o papel das Forças Armadas norte-americanas no seio de sua sociedade.²¹ Será que o desenvolvimento das Forças Armadas dos EUA, como um importante aspecto da sociedade e cultura norte-americana, sugere a possibilidade de sua alienação para o futuro?

A primeira hipótese é de que os EUA estão inseridos em um mundo no qual muitos povos não os aceitam e tornam-se, por isso, ameaças em potencial. Neste caso, o “pacifismo de reação” é mais perigoso do que um militarismo

consciente, justificando um forte aparato militar.

Outra hipótese diz respeito ao desenvolvimento da economia norte-americana por intermédio da indústria de defesa, com geração de empregos e fortalecimento localizado particularmente no eixo Nova York–Washington. Alguns setores civis, ainda que não essencialmente pacifistas, especialmente os localizados fora deste eixo – posicionam-se contra o desenvolvimento da indústria bélica. Surge a questão: Será que se a distribuição de recursos, empregos e indústrias por todo o território nacional atenuaria esta pressão da sociedade?²²

Uma terceira hipótese aponta para um temor exagerado após as duas Grandes Guerras da primeira metade do século XX, levando os EUA a disporem de bases e efetivos militares espalhados pelos quatro cantos da Terra. O temor das ameaças, ainda que exageradas, levaria a sociedade norte-americana a justificar a existência de tão grande aparato militar.²³

Como hipótese final para a possível alienação da sociedade



dos EUA para com suas forças armadas, Theodore Ropp destaca o poderio destrutivo ilimitado das armas nucleares, as quais, se utilizadas, provocarão igual dano aos civis do país atacante e do país defensor. A desconfiança da sociedade respalda-se no fato de que sua própria segurança produziria a insegurança.²⁴

Uma guerra sem vencedores.

EVOLUÇÃO CULTURAL, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A CONDUÇÃO DA GUERRA NO SÉCULO XVII²⁵

A administração da violência e o controle dos efeitos da guerra são temas de preocupação bastante atuais, particularmente colocados em discussão após o sofrimento da humanidade provocado pelas guerras totais na primeira metade do século XX.

Ao longo da História das civilizações, a guerra esteve sempre presente, contudo, constata-se uma escalada cíclica, com alguns períodos de maior intensificação dos

conflitos e outros onde a atividade bélica é reduzida. Seria possível determinar a dinâmica da escalada da guerra? Alguns fatores sociais, econômicos, políticos ou culturais em determinado lugar e época poderiam reduzir os níveis de um conflito?

A análise dos conflitos do século XVII permite estudar o fenômeno da escalada – tipificado pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) – e o subsequente caminho para a guerra limitada no século XVIII.²⁶

Após 1648, um conjunto de valores surgiu no povo europeu, culminando com a redução das diferenças ideológicas e religiosas que havia dividido a Europa. Tal sentimento coletivo possibilitou o reestabelecimento da Comunidade Europeia e a conscientização das sociedades. Gibbons chega a comparar a Europa desta época a “uma grande república, cujos habitantes tiveram acesso, praticamente, aos mesmos níveis de polidez e cultura.”²⁷ A Europa passa a viver uma situação de equilíbrio.



No princípio do século XVII a tecnologia já estava consideravelmente desenvolvida para alimentar as necessidades militares. Diferentes instrumentos, como o torno, a máquina de furar, o calibre e o martelo mecânico, eram utilizados na produção de armamento. A metalurgia, embora rudimentar, possibilitava o trabalho com ferro e o bronze e produzia armas portáteis e peças de artilharia confiáveis. O moinho de vento, a roda d'água e o cabrestante auxiliavam o homem no trabalho mais pesado.²⁸

Diante da necessidade de assegurar o abastecimento de seus exércitos, os soberanos europeus exerciam o monopólio sobre a fabricação de pólvora, armamento leve e peças de artilharia. No início da segunda metade do século XVII uma série de avanços tecnológicos haviam sido introduzidos nas forças militares europeias, como o mosquete de pederneira, artilharia leve de campanha e de sítio, a padronização dos calibres, a introdução dos cartuchos e das baionetas de anel. Todavia, entre 1690

e 1790 a tecnologia dos armamentos evoluiu muito pouco.

Uma das mais significativas transformações, no entanto, ocorreu na organização e nas táticas da infantaria. O terço espanhol, unidade grande e lenta para manobrar, foi substituído pelo batalhão sueco e, posteriormente, pelo regimento francês.²⁹ As mudanças resultaram em maior flexibilidade e capacidade de manobra para a infantaria. Além disso, aumentou-se a proporção entre artilharia e tropas de infantaria. A nova organização, por sua vez, elaborou o emprego tático da infantaria de forma diferenciada, com o desenvolvimento da linha de tiro e dos disparos em salva. O treinamento das tropas para executar as novas táticas consumia diversos meses, fator que motivou a maior valorização do soldado.

O desenvolvimento tecnológico e as reformas estruturais cresceram significativamente ao longo dos séculos XVII e XVIII. Em 1700, os exércitos eram mais numerosos e treinados do que em 1648, ano em que terminou a Guer-



ra dos Trinta Anos. O exército moderno também impactou a sociedade, constituindo-se em alento para a velha nobreza que viu o declínio da cavalaria medieval em decorrência da pólvora e da arma de fogo, e teve seu prestígio diminuído pelo rei absoluto. Os nobres encontraram no exército uma colocação a altura de suas aspirações, servindo como oficiais a serviço do Rei.

A nova modalidade de guerra apresentava-se sistematizada e organizada e tornou-se científica. As fortificações geométricas construídas por Vauban representaram verdadeira revolução na guerra de sítio, reduzindo a quantidade de baixas tanto entre os atacantes quanto entre os defensores. As linhas dos fortes Vauban caracterizavam, na arte da engenharia militar, a simetria e a sistematização, valores tão caros ao homem do século XVIII influenciado pelo Iluminismo.³⁰ O mundo de então passou a ser compreendido mais pela razão e menos pela fé. Nesse entendimento o homem passou a

empreender tentativas de limitar a amplitude da guerra.³¹

Em fins do século XVII, os exércitos europeus eram permanentes e bem regulamentados, recebiam seu material e armamento padronizados e eram submetidos a um controle administrativo central. Na tentativa de limitar a Guerra destaca-se, ainda, a elaboração de uma “Lei das Nações”. Durante o século XVII, embora os juristas não tenham conseguido estabelecer uma lei superior à soberania dos estados, obtiveram uma comunhão de interesses para regulamentar a guerra, na qual prevaleceu a moderação.³²

A nova unidade de pensamento e o reestabelecimento da comunidade europeia, contudo, não eram eternas. Os homens da metade do século XVIII estavam repletos da esperança e autoconfiança de que a comunidade não tivesse fim. Porém, a Revolução Francesa mudaria todo esse quadro e traria, em seu bojo, novamente a guerra ilimitada.



A POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL FRANCESA DE 1871 A 1939³³

Uma Política de Segurança Nacional extrapola as considerações unicamente militares, abrangendo aspectos políticos, econômicos e sociais. Da mesma forma, a História Militar caminha em paralelo, indo além da tática e da estratégia, englobando um campo maior da atividade humana.

A Política de Segurança Nacional francesa de meados do século XIX até a eclosão da Segunda Guerra Mundial estava alicerçada na existência de um “inimigo natural” – a Alemanha. Após a derrota na Guerra Franco-Prussiana, em 1871, os franceses tomaram consciência da ameaça que a Alemanha representava junto a sua fronteira oriental, face seu poderio militar e sua sólida capacidade industrial.³⁴

Conscientes de que sua capacidade bélica fora largamente superada pelo sistema militar prussiano, os franceses verificaram a necessidade de produzir uma ampla reforma em suas forças armadas.³⁵

Em 1872, apenas um ano após o término das hostilidades, foi implementado um programa de modernização que visava a adequar o exército francês, na medida do possível, ao bem sucedido modelo prussiano. Uma das medidas mais significativas foi a adoção do serviço militar obrigatório, revitalizando a tradição de cidadão-soldado criada com a Revolução Francesa.³⁶ A conscrição encontrou apoio nos teóricos da guerra que sustentavam que os próximos conflitos seriam do tipo guerra de massa.

Com a reforma, o exército francês recuperou o prestígio perdido após a derrota de Napoleão. Os filhos dos nobres, afastados dos quadros do exército desde então, voltaram a integrar o oficialato. Atenção especial foi dedicada ao ensino, com a criação de novas escolas militares e a remodelação das já existentes. Foi criado um estado-maior com a finalidade de realizar o planejamento estratégico baseado na mobilização e no emprego da malha ferroviária francesa para os deslocamentos militares.



A Política de Segurança Nacional da França passou a ser orientada visando a enfrentar a guerra total, com base em um exército imenso de conscritos. O sistema de conscrição, porém, foi motivo de desavença entre as correntes políticas francesas. Embora houvesse entendimento geral sobre a necessidade da adoção do serviço militar obrigatório, os conservadores defendiam um tempo maior de serviço com o argumento de que o exército estaria mais preparado para a nova modalidade de guerra; os liberais, por outro lado, eram favoráveis à flexibilização da conscrição com períodos mais curtos de serviço militar alegando que o cidadão-soldado era dotado de virtudes que haviam faltado aos soldados profissionais na Guerra de 1870.

Outro alicerce da Política de Segurança Nacional era o sistema de alianças internacionais. Esta política de alianças era fundamentalmente baseada em compromissos militares que fixavam efetivos a serem disponibilizados pelos países parceiros em tempo de paz e

sob mobilização.³⁷ Muito embora tenham proporcionado cerca de quatro décadas de paz na Europa, o sistema de alianças acabou por levar o continente à Primeira Guerra Mundial.

No início do século XX reinava na Europa a crença de que a guerra total seria um conflito rápido, que dificilmente duraria mais de seis meses.³⁸ Na França este pensamento era reforçado pelo espírito ofensivo de seu exército, o qual, acreditava-se, poderia suplantar até mesmo o poderio de fogo inimigo. Contudo, nenhum sistema de Segurança Nacional europeu estava preparado para o tipo de guerra que a Primeira Guerra Mundial lhes apresentaria. As novas armas, diferentemente do que acreditavam os franceses, favoreceram a defensiva e colocaram em xeque a capacidade ofensiva dos exércitos.³⁹

A Primeira Guerra Mundial proporcionou aos franceses alguns ensinamentos, os quais seriam inseridos em sua Política de Segurança Nacional. Em primeiro lugar, a França compreendeu que não



poderia enfrentar sozinha a Alemanha em uma guerra futura e, nesse sentido, buscou firmar uma aliança com a Grã-Bretanha e os EUA.

Após o Tratado de Versalhes a imagem externa da França era, no mínimo, de um país militarista, até mesmo agressivo, em razão de sua política antigermânica e da ocupação militar de diversos territórios tomados à Alemanha. Esta imagem negativa encontrou forte oposição nos EUA e a aliança contra a nação norte-americana não se concretizou.

A França, então, estabeleceu sua aliança com a Grã-Bretanha, mas esta não se mostraria eficaz, principalmente pelos pontos de vista antagônicos dos franceses e britânicos em relação à Alemanha.

A segunda lição tirada do conflito de 1914-1918 foi de que a Guerra passou a ser total, sendo necessária preparação prévia e amplo emprego da mobilização. A França nacionalizou sua indústria de armamento e, equivocadamente, desenvolveu todo seu planejamento estratégico no sentido de enfrentar uma guerra estática, no padrão do

imobilismo das trincheiras. Uma das medidas implementadas como consequência dos ensinamentos colhidos na Grande Guerra, como a Primeira Guerra Mundial ficou conhecida até 1939, quando iniciou a Segunda Guerra Mundial, foi a construção da Linha Maginot, na década de 1920.⁴⁰ Sua finalidade não era fechar a fronteira com a Alemanha de maneira absoluta – como uma cópia da Grande Muralha da China – mas amortecer o ímpeto inicial de um possível ataque alemão e complementar o sistema de defesa francês.

Ocorre que, na década seguinte, a finalidade da rede de defesas foi subvertida pelos líderes militares e políticos e a Linha Maginot passou a ser vista como uma barreira inexpugnável contra um ataque do inimigo natural da França. Este pensamento veio a inibir reformas necessárias nas Forças Armadas francesas e cobraria seu tributo na próxima guerra que se aproximava.

Nos anos 1930, a França estava despreparada e sua Política de Segurança Nacional fundamentada



em conceitos obsoletos. Quando em 1936 Hitler invadiu a Renânia com um poderio militar limitado, a França não teve condições de reação, pois sua política previa a mobilização geral e o desencadeamento da Guerra total. O governo francês não quis pagar este preço. Desta forma, Hitler foi expandindo a Alemanha ocupando territórios um após o outro, sem que a França pudesse fazer nada para impedi-lo.⁴¹

A Política de Segurança Nacional francesa que antecedeu à Segunda Guerra Mundial, na verdade, apresentava alguns problemas fundamentais que terminaram por deixar a França exposta e impotente diante de seus inimigos. A carência de flexibilidade, as disputas políticas internas, o compromisso excessivo à natureza da guerra total e a rigidez organizacional das forças armadas foram fatores decisivos para o fracasso da política francesa que culminaria com as tropas alemãs marchando nas ruas de Paris em 1871.

A EXPERIÊNCIA DO EXÉRCITO JAPONÊS⁴²

Quando os navios da esquadra do Comodoro Matthew Perry aportaram no Japão, no final do século XIX, o país encontrava-se estruturado sob o regime do *shogunato*, sistema feudal controlado por senhores da guerra.⁴³

Não havia exército nacional e o aparato militar era constituído por forças regionais de guerreiros – denominados *samurais* – que serviam aos diferentes clãs, balizados por um *ethos* comum. Em comparação com a moderna esquadra norte-americana as forças locais eram demasiado atrasadas, empregando, ainda, canhões de bronze carregados pela boca, armas obsoletas no Ocidente desde o final do século XVIII, espadas e punhais.

Com o término da era feudal, quando o último *shogun* submeteu seus poderes ao Imperador, iniciou-se o período conhecido como a Restauração Meiji, no qual o Japão passou por um acelerado processo de modernização.⁴⁴



No bojo das mudanças, o poder militar não foi negligenciado e o sistema militar sofreu amplas reformas a partir de 1873, incluindo a adoção do sistema de conscrição, baseado no modelo francês, criação do Estado-Maior do Exército e a definição dos objetivos militares japoneses que passaram a ser, em primeiro lugar, obter a capacidade de atuar contra distúrbios internos e, posteriormente, realizar a defesa contra ações externas. Foi criada ainda, em 1888, a Junta de Supervisão, órgão independente que possuía os encargos de avaliação do treinamento e a realização de inspeções.⁴⁵

Após o processo inicial de organização de seu exército nacional, os militares japoneses buscaram estabelecer uma identidade com o Imperador. Essa harmonia entre o trono e as Forças Armadas terminou por fortalecer o governo imperial.

Para sedimentar esta ligação, particularmente entre as praças, foi implementado intensivo programa de treinamento espiritual que visava a ligar o soldado à pessoa do

Imperador e desenvolver o espírito nacional.

Ainda nos últimos anos do período do *shogunato*, os japoneses puderam perceber que sua tecnologia militar não podia competir com os exércitos e marinhas das potências ocidentais. Nesse sentido, buscou-se, por ocasião das reformas militares Imperiais, a contratação de missões militares estrangeiras para instruírem seu exército.

De 1867 até o final do século XIX, diferentes missões de instrução francesas e alemãs atuaram junto ao exército japonês. Dentro das Forças Armadas havia disputas internas que privilegiavam os sistemas militares francês e prussiano.⁴⁶ Em 1889, contudo, prevaleceram as ideias alemãs e o Exército Imperial adotou o modelo militar germânico.

Os japoneses estabeleceram, a partir do final do século XIX, sua Política de Defesa Nacional, a qual estabelecia, inicialmente, a Rússia como inimigo potencial do Japão, conceito que norteou seu planejamento estratégico pelos próximos 75 anos.⁴⁷ A primeira vez que o



Japão enviou tropas para lutar fora de seu território foi durante a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), empregando cerca de 240 mil homens e obtendo valiosa experiência de combate. Em 1900 o Japão apoiou a Grã-Bretanha na Rebelião dos Boxers, o que lhes rendeu uma aliança com aquela potência ocidental.⁴⁸

Com o gradual envolvimento nas questões chinesas, no início do século XX o foco da Política de Defesa do Japão passou a ser a China. Durante a Primeira Guerra Mundial o Japão teve uma participação militar pouco expressiva⁴⁹ e, com o aumento do interesse norte-americano no Extremo Oriente e com os problemas internos da Rússia após a Revolução Bolchevique, as atenções defensivas japonesas concentraram-se nos EUA, situação que perduraria até a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

A invasão da China, em 1937, propiciou ao Exército Imperial diversos ensinamentos, no campo da tática, da inteligência de combate e da logística. Contudo, esta campanha absorveu volumosos

recursos e efetivos, chegando, em 1945, o Exército Imperial a possuir 1,5 milhão de homens na China.⁵⁰

Por opção ou por necessidade o Exército Imperial refletiu o espírito guerreiro dos *samurais*, contudo, este não pôde prevalecer sobre a tecnologia dominante dos exércitos modernos que teve que combater na Segunda Guerra Mundial.

PROBLEMAS DE LIDERANÇA NA GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA⁵¹

A Revolução Americana, que culminou com a independência dos EUA, implantou um sistema militar sólido que prevalece, com algumas adaptações, até os dias de hoje. O modelo norte-americano, definido pela sua Constituição, estabelece o Presidente como comandante-em-chefe das Forças Armadas, um Secretário de Guerra e, a este subordinado, o militar mais antigo como comandante-em-chefe do Exército. Esta estrutura demonstra com clareza o pensamento norte-americano e a preocupação em subordinar o Poder Mili-



tar ao Poder Político, visto que os cargos de Presidente e de Secretário de Guerra eram normalmente preenchidos por civis.⁵²

A Guerra Civil norte-americana ocorrida em meados do século XIX, quando os estados sulistas tentaram a emancipação do poder dominante do norte, constituiu-se no primeiro grande teste para a nação norte-americana. Durante os anos de conflito, o sistema militar norte-americano foi aplicado tanto na União (Norte) quanto na Confederação (Sul). O desempenho dos atores dos Comandantes-em-chefe nortista e sulista constituiu-se fonte de reflexão, na medida do sucesso e do malogro dos contendores.

Embora tivesse formação militar na Academia de West Point e integrado as fileiras do Exército dos EUA por alguns anos, o presidente nomeado da Confederação, Jefferson Davis, exerceu o cargo de comandante-em-chefe de modo pouco eficaz. Durante a guerra não conseguiu, dentre os cinco que nomeou, um Secretário de Guerra capaz de imprimir o ímpeto neces-

sário à conquista dos objetivos sulistas.⁵³

Além disso, foi prejudicado pelo relacionamento político com os governadores, cujos interesses locais frequentemente prevaleciam sobre os interesses da Confederação. Como resultado, ressalvados outros fatores, os confederados foram derrotados apesar de possuírem os generais mais capazes.

Abraham Lincoln ocupava a presidência dos EUA quando ocorreu a sedição dos estados sulistas. Mesmo não possuindo experiência militar sólida, desempenhou as funções de Comandante-em-chefe das forças da União com personalidade e firmeza. Apesar de ter colecionado reveses nos primeiros meses da guerra, soube aprender com os próprios erros e vencer os estados separatistas mantendo a coesão territorial dos EUA.⁵⁴

Quando irrompeu a guerra, Lincoln agiu prontamente, estabelecendo um bloqueio naval contra a Confederação, convocação de unidades de milícia e cooptação de recursos do Tesouro para financiar as ações militares. Somente após



essas medidas iniciais o presidente convocou o Congresso que, diante do fato consumado, aprovou e ratificou as medidas de Lincoln conferindo-lhe poderes legais para conduzir a guerra.

Os dispositivos constitucionais que regiam a estrutura militar norte-americana permitiam ao Comandante-em-chefe exercer o comando das unidades militares e navais em combate, influir diretamente na estratégia e na tática, nomear ou remover comandos a qualquer tempo, muito embora fosse pouco provável que qualquer presidente tivesse a ousadia de adotar tais medidas. Lincoln, no entanto, utilizou amplamente suas prerrogativas de Comandante-em-chefe, chegando a interferir pessoalmente em diferentes campanhas, resultando algumas em fracasso e outras em sucesso. Uma das maiores dificuldades encontradas pelo comandante-em-chefe foi dispor de generais competentes para exercerem os diferentes níveis de comando. Por isso, Lincoln destituiu e nomeou inúmeros comandantes, inclusive reconduziu no cargo de

general-em-chefe, contra a opinião de todos os seus assessores, o general George B. McClellan, o qual havia sido destituído por ele mesmo cerca de um ano antes.⁵⁵

Os dezoito primeiros meses da guerra foram repletos de fracassos do Exército da União, chegando as forças sulistas a invadirem o Norte por duas vezes. Contudo, nos momentos de crise, Lincoln agiu com decisão e aprendeu com seus erros, reconhecendo, principalmente, que não deveria influir na tática das batalhas, deixando esta tarefa para seus generais.

Nesse sentido, em 1864 Lincoln nomeou o general Ulisses Grant para o cargo de general-em-chefe e, desta vez, concedeu-lhe autonomia para conduzir as operações militares.⁵⁶

A partir deste ponto, a guerra pendeu para o lado da União e, já no final da guerra. Quando, no início de 1865, Grant revelou intenções de encontrar-se com o general Lee, general-em-chefe das forças confederadas, para tratar da capitulação dos sulistas e outros assuntos, o presidente enviou-lhe



um telegrama repreendendo-o severamente, informando-o que sua autonomia era para tratar somente da capitulação ou de assuntos militares, não devendo discutir, negociar ou decidir sobre quaisquer assuntos políticos. Desta forma Lincoln deixava claro o papel dos militares nos EUA e assinalava sua subordinação ao poder civil.

COMANDO E COMANDANTES NORTE-AMERICANOS NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL⁵⁷

Desde a Guerra de 1812, quando participaram de um breve conflito contra a Grã-Bretanha, até intervirem na Primeira Guerra Mundial, os EUA não precisaram lutar contra nenhuma das grandes potências. Esta ausência de adversários a altura relegou o Exército norte-americano a um papel policial, de importância reduzida no seio da sociedade, chegando alguns historiadores a afirmarem que o Exército que entrou na Primeira Guerra Mundial ainda era o mesmo da Guerra Civil.⁵⁸

A Guerra Civil norte-americana, na verdade, teve forte influência na formação e nos primeiros anos de carreira militar daqueles que seriam os generais da Primeira Guerra Mundial. A geração formada em West Point no período entre 1876 e 1889 teve, como comandantes famosos oficiais que combateram no Exército da União, fato que serviu-lhes de motivação e inspiração. Nas últimas décadas do século XIX o Exército norte-americano era tão reduzido que não havia vagas para todos os formando da Academia, tendo muitos ficado excedentes nos corpos de tropa.

Ao chegarem às suas primeiras unidades, os jovens tenentes encontraram um exército estagnado, desmotivado e sem realizar atividades tipicamente militares, como manobras e exercícios, o que contribuiu para questionamentos acerca da opção pela carreira militar. As promoções demoravam em demasia, somente ocorrendo com a abertura de claros. Reinava entre os militares, sobretudo, um senti-



mento de que não havia nada para fazer nos quartéis.

A Guerra com a Espanha, em 1898, injetou um novo ânimo no Exército, tendo o Congresso aumentado seu efetivo e servido como fator de automotivação para os oficiais. Apesar desse renovo, a modernização do Exército e a adoção de novas tecnologias e armamentos não se concretizou até a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial.⁵⁹

Com a Declaração de Guerra de 1917, os Estados Unidos começaram a preparar seu Exército para atuar além-mar. O governo decretou a conscrição, mobilizou a economia e expandiu as Forças Armadas. A partir de então, teve início o processo de seleção dos oficiais que iriam integrar as forças americanas na Europa. Para comandá-las foi designado o general John J. Pershing, que gozava de plena confiança do presidente Woodrow Wilson e havia comandado uma expedição punitiva ao México em perseguição ao bando de Pancho Villa, em 1911. Para a chefia do Estado-Maior do Exército foi no-

meado o general Peyton C. March, com o qual Pershing teria um relacionamento difícil.⁶⁰

Com a escolha dos comandantes e com o aumento exponencial do efetivo do Exército, foi necessário ampliar o corpo de oficiais que iriam comandá-lo. Surgiram então os cursos de formação de oficiais “em noventa dias” que seriam bastante difundidos na Segunda Guerra Mundial.

Para os oficiais profissionais, as promoções chegaram e, após uma carreira inteira estagnados no mesmo posto, rapidamente galgaram novos degraus na hierarquia. Um exemplo típico da celeridade nas promoções é o do general James Harbord. Em 1917, com cinquenta e um anos de idade, Harbord era major e cursava a Escola Superior de Guerra. Em maio foi promovido a tenente-coronel, em agosto a coronel e, em outubro, recebeu a estrela de general-de-brigada.⁶¹ Em julho do ano seguinte, já comandando uma brigada na Europa, foi promovido a general-de-divisão.⁶²



No comando da Força Expedicionária Pershing atuou com bastante autonomia e foi implacável quando considerava os comandos subordinados desprovidos de competência para cumprirem suas missões, substituindo-os por outros que julgava mais capazes.

Paralelamente ao trabalho da Força Expedicionária, o general Peyton C. March empreendeu ampla reforma no Estado-Maior do Exército e a ele imprimiu elevados índices de eficiência. Os métodos e a personalidade de Marsh eram, em parte, semelhantes aos de Pershing, agindo energicamente para quebrar paradigmas existentes e implementar sua nova concepção de estado-maior.⁶³

Houve, naturalmente, alguns desentendimentos entre os dois chefes militares, particularmente devido ao fato de March promover oficiais que serviam na Força Expedicionária sem que os mesmos houvessem sido recomendados por Pershing.

Por ocasião do término da Primeira Guerra Mundial o Exército norte-americano despontou co-

mo novo organismo, bem diferente da estrutura que ainda se assemelhava à Guerra Civil.

Pershing conseguiu projetar sua imagem de comandante de tropas em campanha, de soldado-herói, enquanto March, revertido ao seu posto original de general-de-divisão, foi relegado ao esquecimento pela história.⁶⁴

REFLEXÕES FINAIS

Muito embora o curso das *Novas Dimensões da História Militar* tenha sido ambientado nos EUA há quase cinquenta anos, os ensinamentos dele auferidos permanecem atuais e adequados ao momento em que, no Brasil, ainda se busca definir quais os reais objetivos e o campo de estudo da história da guerra.

A História Militar pode constituir-se como direção ou, em sentido inverso, desorientar aqueles que dela se utilizam como sustentáculo para a formulação da estratégia e da doutrina militar, particularmente quando negligenciada ou tratada de forma superficial. Sob



esta visão, a História Militar deve ser estudada não apenas como aprendizado das técnicas e táticas empregadas na batalha, mas, em sentido mais amplo, analisando o complexo fenômeno da Guerra além do campo militar, com todas as implicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Outro valioso ensinamento diz respeito à relação das forças armadas com as sociedades a que servem. Se fosse possível simplificar em uma lei, poder-se-ia afirmar que a força armada não pode ser mais forte do que a sociedade a que serve. Para que esta relação seja possível, o controle dos militares pelos civis deve ser exercido de forma harmônica, buscando sempre um entendimento mútuo.

O estudo da História Militar permite verificar esta relação em diversos países em diferentes épocas, dela extraindo preciosas lições.

O militarismo e os modelos de sistema militar adotados pelas Nações – particularmente pelas grandes potências mundiais – mereceram uma abordagem no curso, com destaque para o dilema entre pos-

suir um exército profissional, com efetivos menores, ou as imensas formações de conscritos, instituídas pelos prussianos na guerra contra a França em 1870 e adotadas por quase todos os países da Europa ocidental a partir dela. Percebe-se que, através da História Militar, este debate permanece vivo até os dias atuais.

Finalmente, a História Militar destaca-se como uma história internacional, sendo muito difícil limitá-la dentro das fronteiras de um Estado. Desta forma, a História Militar assume uma nova dimensão, inserida na História Global, extrapolando o estudo da batalha e manifestando o aspecto multidisciplinar do estudo da fenomenologia da guerra.

BIBLIOGRAFIA

ALTMAN, Albert; SCHIFRIN, Harold. Sun Yat-Sem and the Japanese 1914-1916. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 6, n. 4, p. 385-400, 1972.



- BAGBALL, Nigel. *The Punic Wars*. New York: Thomas Dunne Books, 1990.
- BEEDE, Benjamin. *The War of 1898 and U.S. interventions*. London: Taylor & Francis, 1994.
- BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história das guerras*. Curitiba: Fundamento, 2014.
- BRUGE, Roger. *On a livre la Ligne Maginot*. Paris: Fayard, 1977.
- CHIBNALL, Marjorie. *The debate on the Norman Conquest*. Manchester: Manchester University Press, 1999.
- DARÓZ, Carlos. Guerra Russo-Japonesa: a preparação das forças armadas imperiais do Japão. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, n. 105, p. 35-50, 2018.
- DAVIS JUNIOR, Henry. *Generals in khaki*. Raleigh: Pentland Press, 1998.
- DE GROOT, Gerard. *Douglas Haig 1861-1928*. London: Unwin Hyman, 1988.
- DE VATTEL, Emer. *The Law of Nations, or principles of the conduct affairs of Nations and sovereigns, with three early essays on the origin and nature and natural law and on luxury*. Indianapolis: Liberty Fund, [1797].
- EDMONDS, James. *History of the Great War: military operations - France and Belgium, 1914*. London: MacMillan and Co., 1937.
- EKIRCH JUNIOR, Arthur. *The civilian ant the military: a history of the american anti-militarism tradition*.
- ERZBERGER, Matthias. *Souvenirs de guerre de M. Erzberger*. Paris: Payot, 1921.
- FAULKNER, Richard. *Pershing's crusader: the American soldier in World War I*. Kansas City: Kansas University Press, 2017.
- GIBBONS, Edward. *The history of the decline and fall of the Rome Empire*. London: Straham & Cadell, 1789.
- GLOBAL SECURITY. *Prussian militarism*. Disponível em <www.globalsecurity.org>. Acesso em 5 mai. 2020.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *Grandes generales del ejército romano*. Barcelona: Ariel, 2008.
- GORDON, Andrew. *A modern history of Japan: from Tokugawa*



times to present. New York: Oxford University Press, 2003.

GRIFFIS, William Elliott. *Matthew Culbraight Perry: a typical american naval officer*. Boston: Cupples & Hund, 1887.

HAMILTON, Ian. *Gallipoli diary*. London: E. Arnold, 1920.

HOWARD, Michael. *The Franco-Prussian War: the german invasion of France 1870-1871*. New York: Routledge, 1961.

HOWE, Timothy et al. (orgs.) *Ancient historiography on war and Empire*. Barnsley: Oxbow Books, 2016.

HSIUNG, James. *China's bitter victory: the war with Japan 1937-1945*. New York: M.E. Sharp Publishing, 1992.

JANOWITZ, Morris. *The professional soldier*. New York: Free Press, 1960.

KOCH, Hannsjoachim. *Medieval warfare*. Greenwich: Dorset Press, 1988.

KOHN, Richard. Na essay on civilina control of the military. *American Diplomacy*, North Caroline. Disponível em

<www.americandiplomacy.web.uncc.edu>. Acesso em 5 mai. 2020.

KUBLIN, Hyman. The “modern” army of early Meiji Japan. *The Far Eastern Quarterly*, Cambridge, v. 9, n. 1, 1949.

LACEY, Jim. *Pershing: a biography*. New York: St. Martin's Press, 2008.

LAÍNEZ, Fernando Martínez. *Vientos de gloria: grandes victorias de la historia de España*. Madrid: Esparsa, 2011.

LEPAGE, Jean-Denis. *Vauban and the French military under Louis XIV: na illustrated history of fortificationas and strategies*. Jefferson: MacFarland, 2009.

LONGENBACH, David. As the US entered World War I, american soldiers depended on foreign weapons and technology. *The Conversation*, Boston, 31 mar. 2017. Disponível em <www.theconvesation.com> . Acesso em 6 abr. 2020.

McPHERSON, James. *Brado de guerra da liberdade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.



- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. London: Penguin Books, 2010.
- PARKER, Geoffrey. *The military revolution 1500-1800: military innovation and the rise of the West*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- PATTON, George. *A guerra que eu vi*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- POLACK, Christian. *Soie et lumières: l'âge d'or des échanges franco-japonais*. Tokyo: Chambre de Commerce et d'Industrie Française Du Japon, 2001.
- RANDALL, James. *Lincoln the president*. Boston: Da Capo Press, 1997.
- RENAUT, Marie-Hélène. Être soldat e citoyen em France de la révolution à la libération. *Revue Juridique de l'Ouest*, Paris, n. 2, p. 233-256, 2010/2.
- ROBBINS, Keith. *The abolition of war: the peace movement in Britain, 1914-2029*. Cardiff: University of Wales Press, 1976.
- ROGERS, Clifford (Org.). *The Oxford encyclopedia of medieval warfare and military technology*, v. 1. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- ROPP, Theodore. *War in the modern world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.
- ROSEN, Stephen Peter. *Winning the next war: innovation at the modern military*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- SCHNEID, Frederick. *Mid-Nineteenth Century european wars*. Oxford: Oxford Bibliographies, 2012.
- SCHUKER, Stephan. France and the remilitarization of the Rhineland, 1936. In: FINNEY, Patrick. *The origins of the Second World War*. London: Arnold Press, 1997.
- SIMON, John. Ulysses Grant. *Encyclopedia Britannica*. Disponível em <www.britannica.com>. Acesso em 5 maio. 2020.
- SWEGAL, Ethan. *Becoming modern: early 20th Century*. Japan through primary sources. Colorado University. Disponível em <www.colorado.edu>. Acesso em 5 mai. 2020.
- TANNER, Becci. Lyon Co: native led troops in WWI. *The Wichita Eagles*, Wichita, 2 dez. 2015.
- TEICHMAN, Jenny. *Pacifism and the just war: a study in applied*



philosophy. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

TUCHMAN, Barbara. *Canhões de agosto*. Cotia: Ibis, 1964.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. *Documents on german foreign policy 1918-1945*. Washington: Department of State, 1968

VARLEY, Karine. The taboos of defeat: unmentionable memoirs of the Franco-Prussian War in France 1870-1914. In: MacLEOD, Jenny (Org.). *Defeat and memory: cultural histories of military defeat in Modern Era*. London: Palgrave MacMillan, 2008.

VETCH, Robert Hamilton. Mitchell, John (1785-1859). In: LEE, Sidney (Org.). *Dictionary of national biography*, v. 38. London: Smith, Elder & Co., 1894.

WEIGLEY, Russel F. *Novas Dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981-82.

WILEY, Bill. Jefferson Davies: an appraisal. *Civil War Times Illustrated*, Leensburg, n. 6, p. 4-17, 1967.

WILSON, Peter. *Europe's tragedy: a history of the Thirty Years War*. London: Penguin Books, 2009.

¹ Baseado em conferência proferida por Jay Luvaas, da Universidade de Allegheny

² Ver HOWE, Timothy et al. (orgs.) *Ancient historiography on war and Empire*. Barnsley: Oxbow Books, 2016.

³ EKIRCH JUNIOR, Arthur. *The civilian ant the military: a history of the american anti-militarism tradition*. Oakland: Independent Institute, 2010.

⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

⁵ SCHNEID, Frederick. *Mid-Nineteenth Century european wars*. Oxford: Oxford Bibliographies, 2012.

⁶ VETCH, Robert Hamilton. Mitchell, John (1785-1859). In: LEE, Sidney (Org.). *Dictionary of national biography*, v. 38. London: Smith, Elder & Co., 1894.

⁷ EDMONDS, James. *History of the Great War: military operations - France and Belgium, 1914*. London: MacMillan and Co., 1937.

⁸ HAMILTON, Ian. *Gallipoli diary*. London: E. Arnold, 1920.

⁹ Baseado em conferência proferida por Theodore Ropp, da Universidade de Duke



¹⁰ PATTON, George. *A guerra que eu vi*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

¹¹ ROPP, Theodore. *War in the modern world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

¹² GOLDSWORTHY, Adrian. *Grandes generales del ejército romano*. Barcelona: Ariel, 2008.

¹³ BAGBALL, Nigel. *The Punic Wars*. New York: Thomas Dunne Books, 1990.

¹⁴ ROGERS, Clifford (Org.). *The Oxford encyclopedia of medieval warfare and military technology*, v. 1. Oxford: Oxford University Press, 2010.

¹⁵ CHIBNALL, Marjorie. *The debate on the Norman Conquest*. Manchester: Manchester University Press, 1999.

¹⁶ KOCH, Hannsjoachim. *Medieval warfare*. Greenwich: Dorset Press, 1988.

¹⁷ ROPP, *op.cit.*

¹⁸ DE GROOT, Gerard. *Douglas Haig 1861-1928*. London: Unwin Hyman, 1988.

¹⁹ GLOBAL SECURITY. *Prussian militarism*. Disponível em <www.globalsecurity.org>. Acesso em 5 mai. 2020.

²⁰ JANOWITZ, Morris. *The professional soldier*. New York: Free Press, 1960.

²¹ ROPP, *op.cit.*

²² Ver ROBBINS, Keith. *The abolition of war: the peace movement in Britain, 1914-2029*. Cardiff: University of Wales Press, 1976, e TEICHMAN, Jenny. *Pacifism and the just war: a study in applied philosophy*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

²³ ROPP, *op.cit.*

²⁴ *Ibid.*

²⁵ Baseado em conferência proferida por Daniel Beaver, da Universidade de Cincinnati

²⁶ WILSON, Peter. *Europe's tragedy: a history of the Thirty Years War*. London: Penguin Books, 2009.

²⁷ GIBBONS, Edward. *The history of the decline and fall of the Rome Empire*. London: Straham & Cadell, 1789.

²⁸ PARKER, Geoffrey. *The military revolution 1500-1800: military innovation and the rise of the West*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

²⁹ LAÍNEZ, Fernando Martínez. *Vientos de gloria: grandes victorias de la historia de España*. Madrid: Esparsa, 2011.

³⁰ LEPAGE, Jean-Denis. *Vauban and the French military under Louis XIV: na illustrated history of fortificationas and strategies*. Jefferson: MacFarland, 2009.

³¹ Ver BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história das guerras*. Curitiba: Fundamento, 2014.



³² DE VATTEL, Emer. *The Law of Nations, or principles of the conduct affairs of Nations and sovereigns, with three early essays on the origin and nature and natural law and on luxury*. Indianapolis: Liberty Fund, [1797].

³³ Baseado em conferência proferida por Richard R. Challender, da Universidade de Princeton

³⁴ VARLEY, Karine. The taboos of defeat: unmentionable memoirs of the Franco-Prussian War in France 1870-1914. In: MacLEOD, Jenny (Org.). *Defeat and memory: cultural histories of military defeat in Modern Era*. London: Palgrave MacMillan, 2008.

³⁵ HOWARD, Michael. *The Franco-Prussian War: the german invasion of France 1870-1871*. New York: Routledge, 1961.

³⁶ RENAUT, Marie-Hélène. Être soldat e citoyen em France de la révolution à la libération. *Revue Juridique de l'Ouest*, Paris, n. 2, p. 233-256, 2010/2.

³⁷ TUCHMAN, Barbara. Canhões de agosto. Cotia: Ibis, 1964.

³⁸ *Ibid.*

³⁹ ERZBERGER, Matthias. *Souvenirs de guerre de M. Erzberger*. Paris: Payot, 1921.

⁴⁰ BRUGE, Roger. *On a livre la Ligne Maginot*. Paris: Fayard, 1977.

⁴¹ SCHUKER, Stephan. France and the remilitarization of the Rhineland, 1936. In: FINNEY, Patrick. *The origins of the Second World War*. London: Arnold Press, 1997.

⁴² Baseado em conferência proferida por Alvin D. Cox, da Universidade Estadual de San Diego

⁴³ GRIFFIS, William Elliott. *Matthew Culbraitght Perry: a typical american naval officer*. Boston: Cupples & Hund, 1887.

⁴⁴ KUBLIN, Hyman. The “modern” army of early Meiji Japan. *The Far Eastern Quarterly*, Cambridge, v. 9, n. 1, 1949.

⁴⁵ SWEGAL, Ethan. *Becoming modern: early 20th Century*. Japan through primary sources. Colorado University. Disponível em <www.colorado.edu>. Acesso em 5 mai. 2020.

⁴⁶ Ver UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. *Documents on german foreign policy 1918-1945*. Washington: Department of State, 1968; e POLACK, Christian. *Soie et lumières: l'âge d'or des échanges franco-japonais*. Tokyo: Chambre de Commerce et d'Industrie Française Du Japon, 2001.

⁴⁷ GORDON, Andrew. *A modern history of Japan: from Tokugawa times to present*. New York: Oxford University Press, 2003.



⁴⁸ DARÓZ, Carlos. Guerra Russo-Japonesa: a preparação das forças armadas imperiais do Japão. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, n. 105, p. 35-50, 2018.

⁴⁹ ALTMAN, Albert; SCHIFRIN, Harold. Sun Yat-Sem and the Japanese 1914-1916. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 6, n. 4, p. 385-400, 1972.

⁵⁰ HSIUNG, James. *China's bitter victory: the war with Japan 1937-1945*. New York: M.E. Sharp Publishing, 1992.

⁵¹ Baseado em conferência proferida por Warren Hassler Jr., da Universidade Estadual da Pensilvânia

⁵² KOHN, Richard. Na essay on civilina control of the military. *American Diplomacy*, North Caroline. Disponível em <www.americandiplomacy.web.unc.edu> . Acesso em 5 mai. 2020.

⁵³ WILEY, Bill. Jefferson Davies: an appraisal. *Civil War Times Illustred*, Leensburg, n. 6, p. 4-17, 1967.

⁵⁴ Ver McPHERSON, James. *Brado de guerra da liberdade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

⁵⁵ RANDALL, James. *Lincoln the president*. Boston: Da Capo Press, 1997.

⁵⁶ SIMON, John. Ulysses Grant. *Encyclopedia Britannica*. Disponível em

<www.britannia.com>. Acesso em 5 maio. 2020.

⁵⁷ Baseado em conferência proferida por Edward M. Coffman, da Universidade de Wiconsin

⁵⁸ LONGENBACH, David. As the US entered World War I, american soldiers depended on foreign weapons and technology. *The Conversation*, Boston, 31 mar. 2017. Disponível em <www.theconvesation.com> . Acesso em 6 abr. 2020.

⁵⁹ BEEDE, Benjamin. *The War of 1898 and U.S. interventions*. London: Taylor & Francis, 1994.

⁶⁰ DAVIS JUNIOR, Henry. *Generals in khaki*. Raleigh: Pentland Press, 1998.

⁶¹ LACEY, Jim. *Pershing: a biography*. New York: St. Martin's Press, 2008.

⁶² TANNER, Becci. Lyon Co: native led troops in WWI. *The Wichita Eagles*, Wichita, 2 dez. 2015.

⁶³ ROSEN, Stephen Peter. *Winning the next war: innovation at the modern military*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

⁶⁴ FAULKNER, Richard. *Pershing's crusader: the American soldier in World War I*. Kansas City: Kansas University Press, 2017.